

Luta de classes, lição na escola pública

MOACYR CASTRO

Todo o programa de História proposto pela Secretaria da Educação para as crianças da 3ª à 8ª séries do primeiro grau, a partir do próximo ano letivo, toma como fato isolado a luta de classes, sem que sejam analisadas e ensinadas as causas e conseqüências dos acontecimentos. Para a professora Circe Fernandes Bittencourt, de Prática de Ensino de História da Faculdade de Educação da USP, a proposta esquece o Estado, a elite e os heróis como agentes da História, enfatiza apenas o trabalhador

e assume a sociedade de classes como base do ensino da matéria.

Quando orienta os professores da 3ª à 5ª séries, de crianças entre nove e 11 anos, a proposta diz textualmente: "Nossa intenção, neste desdobramento do tema Trabalho, é por um lado, redimensionar as tensões étnicas, culturais e religiosas entre diferentes grupos humanos, no contexto da dominação capitalista, tendo presente que, do violento contato entre seus modos de vida e de trabalho, resultem novas formas, nas quais certos traços culturais se perdem, alguns permanecem transformados, surgindo ainda outros".

Com relação aos indígenas, o

documento alerta os professores para a "atual política de integração indígena levada avante por órgãos oficiais como a Funai, na desconsideração e discriminação cultural presentes na criação das reservas indígenas, no desrespeito às suas organizações sociais e culturais, na controversa questão da demarcação de terras e de reassentamento dos posseiros".

O estudo da Abolição também deve ser reorientado para o enfoque da "dominação e resistência". Segundo a proposta, a libertação dos escravos "é comumente tratada na historiografia como uma concessão 'humanitária' do Governo Imperial. A Abolição deve ser

estudada tanto na dimensão da lógica capitalista que reorganiza os modos de vida e de trabalho, como na dimensão da insubordinação dos negros, que se vinham rebelando às formas e relações do trabalho escravo", porque "foram mantidos depois da Abolição, os laços de exploração, sujeição e controle da força de trabalho no Brasil".

A proposta sugere, no final do estudo, que os professores discutam com as crianças "a imagem de país sem preconceitos". Pede para "questionar essa postura no sentido de refletir como o racismo, os conflitos sociais, as diversidades regionais, as diferenciações culturais sempre foram camufladas no

Brasil em nome da integração nacional, da harmonia social dos interesses nacionais e da padronização cultural".

Com isso, a secretaria quer que os professores levem os alunos à compreensão "das diferentes formas de organizar o trabalho, de viver, de incorporar e fazer frente ao exercício da dominação em seu desenvolvimento histórico". Os alunos devem compreender também "a imposição de um sistema cuja base é a propriedade privada, quer seja dos meios de produção, quer seja da exploração da força de trabalho".

O documento propõe que "se

levantem em sala de aula, através de discussão, os elementos que levam à compreensão da instituição capitalista de mercado de trabalho assalariado, tendo em vista as condições atuais". E para levar os estudantes a descobrir "quais as formas de organização dos trabalhadores, remuneração, direitos conquistados, reivindicações", a proposta indica que esses assuntos devem ser pesquisados pelos próprios alunos na comunidade em que vivem. Por fim, deixa claro que a meta é a percepção da constituição do mercado de trabalho assalariado "a partir da desapropriação dos trabalhadores e da exploração de sua força de trabalho".